



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

GLEICE MARA PEREIRA DE ANDRADE

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Renato Lopes dos Santos, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Gleice Mara Pereira de Andrade

CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ___ de setembro de 2013, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome Completo do Professor – Avaliador

Prof. Renato Lopes dos Santos – Orientador

Prof. Gleice Mara Pereira de Andrade – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditaram em meu potencial, confiando que eu fosse capaz de ir até o fim em mais essa jornada, alcançando mais essa vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Primeiramente a Deus, força maior que me proporcionou mais esta possibilidade de crescimento.

Aos meus pais, pelo carinho e pela dedicação durante toda a minha caminhada.

Aos irmãos, pelo companheirismo e incentivo.

Aos amigos, pela presença constante em minha vida.

Aos colegas de curso, pela cumplicidade e amizade.

Aos professores do curso, pela disponibilidade e atenção.

EPÍGRAFE

“Quando você quer alguma coisa, todo o universo conspira para que você realize o seu desejo.”

Paulo Coelho

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o Conselho Escolar, ensejando compreender o papel que o mesmo desempenha para a gestão educacional, no caso específico, da Escola Municipal Joaquim Marques, tendo em vista que a gestão democrática ocorre com a participação dos conselhos escolares e com a implantação do Projeto Político Pedagógico traçando uma autonomia descentralizada, entendendo que em conjunto decidirão o que é melhor para atender a todos os envolvidos na escola e/ou educação criando mecanismos de ação que visam buscar benefícios.

Palavras-chave: Educação, Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	10
1.1 Conselho escolar e colegiado escolar: o que representam?.....	10
1.2. O Conselho Escolar na Gestão da Escola Municipal Joaquim Marques.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	17
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	19

INTRODUÇÃO

Os Conselhos Escolares, assim como o Projeto Político Pedagógico constituem-se em elementos imprescindíveis para o perfeito desenvolvimento do contexto do processo de ensino-aprendizagem, fornecendo as bases para que este trabalho ocorra da melhor forma possível.

Os Conselhos Escolares e o Projeto Político Pedagógico permitem obter uma autonomia descentralizada, onde as ideias diversas são aceitas e analisadas, além de trazerem intencionalmente em seus termos a articulação e o significado que se postula para esses instrumentos de gestão democrática.

Isso porque a gestão escolar deve sempre se pautar nos princípios democráticos de uma gestão compartilhada e participativa em que todos os envolvidos no processo educacional contribuam com ideias, opiniões e trabalhem na busca por uma educação cada vez melhor e mais organizada. Isto exige, por sua vez, uma revisão das atribuições específicas e gerais, assim como a distribuição do poder e da apreensão do papel dos Conselhos Escolares dentro das instituições de ensino.

Justifica-se, a partir do exposto, a necessidade da elaboração de um trabalho que contemple as principais características da questão. Nesse sentido, buscou-se descrever como ocorre a participação, bem como a importância do Conselho Escolar no contexto do processo educativo como um todo e de forma mais específica na Escola Municipal Joaquim Marques, localizada na Praça Getúlio Vargas, número 140, Centro, Bom Sucesso, Minas Gerais.

Dessa forma, buscou-se ressaltar o papel do Conselho Escolar na construção e efetivação de um Projeto Político Pedagógico coerente com as necessidades educativas, bem como analisar como se dá a compreensão e a implantação do Conselho Escolar na Escola Municipal Joaquim Marques.

Pensar o Conselho Escolar como sustentáculo do Projeto Político Pedagógico é o resultado final a ser alcançado com a realização dessa pesquisa. Assim, o trabalho consistiu na abordagem do assunto sobre o Conselho Escolar e a sua atuação no processo de ensino-aprendizagem. Abordou-se a questão do Conselho

Escolar e do Colegiado Escolar, destacando as principais características, como também salientou-se a sua função dentro do processo de ensino-aprendizagem.

1. CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

1.1 Conselho escolar e colegiado escolar: o que representam?

Para melhor entender sobre as atribuições próprias e específicas do Conselho Escolar e do Colegiado Escolar, mostra-se imprescindível apreender a diferença existente entre ambos.

Conforme Cerqueira et al (2002, p.03), o Conselho Escolar:

É um grupo formado por representantes de pais, professores, alunos, funcionários e direção, que se reúne para sugerir medidas e soluções ou para tomar decisões. É uma forma de buscar a melhoria da qualidade da educação escolar e garantir a participação de todos no processo da tomada de decisão da escola.

Entende-se também o Conselho Escolar como sendo o centro permanente de debates e articulação de todas as questões que perpassam a escola, resguardando os princípios constitucionais, as normas legais emanadas pelo Conselho Nacional, Estadual e Municipal de Educação, Ministério da Educação e do Desporto e as diretrizes das Secretarias Estadual e Municipal de Educação.

O Colegiado Escolar, por sua vez, é considerado como sendo um tipo de órgão coletivo, consultivo e fiscalizador que atua nas questões técnicas, pedagógicas, administrativas e financeiras da unidade escolar.

Segundo Menezes e Santos (2002, p. 01):

Como órgão coletivo, adota a gestão participativa e democrática da escola, a tomada de decisão consensual, visando à melhoria da qualidade do ensino. Embora com este nome, suas funções, sua estrutura e constituição são semelhantes às do conselho escolar. O Colegiado Escolar geralmente é constituído pelo diretor da unidade escolar e por representantes dos segmentos de professores, coordenadores pedagógicos, funcionários, alunos, pais ou responsáveis legais pelos alunos, de acordo com as normas definidas em estatuto.

As funções do Colegiado Escolar são exercidas nos limites da legislação em vigor, das diretrizes das políticas traçadas pelas Secretarias de Educação, a partir do compromisso com a universalização das oportunidades de acesso e permanência

na escola pública de todos os que a ela têm direito (MENEZES e SANTOS, 2002, p.01)

O Colegiado Escolar passou a ter maior importância a partir da década de 90, embora já venha historicamente se instituindo, encontrando-se ancorado nos movimentos sociais desde a década de 70, quando, de acordo com Menezes e Santos (2002, p.02) “o MEC passou a transferir recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, de acordo com o princípio da escola autônoma, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996”.

Outras estruturas de gestão colegiada que podem atuar no lugar ou em conjunto com o Colegiado Escolar são a Associação de Pais e Mestres (APM), a Caixa Escolar e o Conselho de Escola.

1.2. O Conselho Escolar na Gestão da Escola Municipal Joaquim Marques

A Escola Municipal Joaquim Marques está localizada na Praça Getúlio Vargas, na área central da cidade de Bom Sucesso-MG.

O bairro em questão é constituído em sua maior parte de residências, embora haja grande quantidade de estabelecimentos comerciais tais como: panificadoras, pastelarias, mercearias, supermercados, lojas de calçados e de roupas, assim como fórum, prefeitura, hospital, posto de saúde e outros.

A população residente no bairro pertence, em sua grande maioria, à classe média e classe média alta.

A infra-estrutura da escola é bem elaborada e projetada, atendendo de forma coerente a todos os que participam de seu processo de ensino-aprendizagem.

O nível de ensino oferecido na instituição em questão é o Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano e possui, atualmente, 653 alunos e as turmas são distribuídas de forma a facilitar o atendimento oferecido aos alunos, possibilitando aos mesmos um melhor aprendizado.

A escola, nos dias atuais, vem sendo questionada acerca do seu papel ante as diversas transformações que vêm ocorrendo a cada dia com mais intensidade e de forma mais rápida, como, por exemplo, os recursos tecnológicos que são incorporados ao sistema educativo, tendo em vista o fato de que os mesmos criam novas demandas e exigências para a escola, tais como: capacitação maior dos

professores, o que, conseqüentemente, leva estes a buscarem sempre se ajustar às mudanças em curso.

Estas mudanças trazem implicações substantivas para a construção do Projeto Político Pedagógico que, segundo Veiga (1998, p. 1) “tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: na organização geral da escola, ou seja, na organização da escola como um todo e na organização da sala de aula”.

A construção do Projeto Político Pedagógico é a forma subjetiva de a escola dar sentido ao seu saber enquanto instituição escolar; é a realização concreta de seus sonhos, onde ações são desconstruídas e reconstituídas de forma dinâmica e histórica; é a revelação de seus compromissos, sua intencionalidade e principalmente a identidade de seus membros. (GONÇALVES E ABDULMASSIH, 2001, p. 2).

Dessa forma, entende-se o Projeto Político Pedagógico como sendo um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social e educacional.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Joaquim Marques foi elaborado em uma ação conjunta, contando com ampla participação da comunidade escolar, como um todo, na busca de se encontrar as melhores estratégias e métodos para serem utilizados durante o decorrer de suas atividades.

O papel do gestor também foi primordial, pois o mesmo, através de uma atuação constante e efetiva, propôs idéias bem elaboradas, que permitiram uma estruturação mais adequada do Projeto Político Pedagógico da escola analisada.

Como forma de auxiliar a escola em sua estrutura e tomada de decisões foi instituída a criação do Conselho Escolar, pois entende-se que a capacitação dos conselheiros possibilita desempenhar funções de conscientização nos educandos e educadores.

Conforme Santos et al (2000, p. 03) “os Conselhos devem se reestruturar a partir de ações democráticas, com a participação da comunidade, resultando em Conselhos independentes onde cada escola decide o que é necessário diante de cada realidade social”.

O papel do Conselho Escolar é o de assumir a luta pela efetivação do direito à educação no âmbito de suas atribuições. Ou seja, lutar pela garantia do acesso à escola, na educação infantil, ensino fundamental e no ensino médio, e para a melhoria do processo ensino-aprendizagem daqueles que estão na escola. (DOURADO, MEC, 2006, p. 18).

Dessa forma, apreende-se que o processo de implantação dos Conselhos Escolares aponta para um grande avanço na qualidade da educação e confirma o quanto é importante a reflexão para resgatar a identidade do processo educativo com a participação de todos: gestores, professores, estudantes, educadores não docentes e pais, constituindo assim uma política de gestão democrática.

Ao se pensar a lógica e as dinâmicas de participação nas instituições escolares, é fundamental repensar os processos de decisão e deliberação, a organização e as condições de trabalho, os objetivos e as prioridades da instituição, a autonomia e a identidade escolar e, fundamentalmente, o papel dos diferentes atores sociais, bem como as estratégias para a implementação de processos coletivos de decisão, especialmente do Conselho Escolar. (MEC, 2004, p.02)

Nesse cenário, pensar na articulação entre a democratização da gestão, a autonomia e os Conselhos Escolares é fundamental. Isso quer dizer que a lógica centralizadora que, comumente, constitui o dia a dia das escolas precisa ser revista.

Na organização formal da escola, o fluxo das tarefas das ações e das decisões deve ser devidamente orientado por procedimentos formalizados, prevalecendo as relações de hierarquia a fim de que haja, de fato, uma organização sistemática e condizente com o trabalho a ser desenvolvido. Pode-se definir o processo de decisão como sendo um instrumento dinâmico da gestão participativa na escola, uma estrutura administrativa educacional adequada à realização dos objetivos educacionais, segundo os interesses da comunidade escolar como um todo, prevendo, dessa forma, mecanismos que sejam capazes de estimular a participação de todos no processo de decisão.

Assim, entende-se que a gestão escolar deve sempre se pautar nos princípios democráticos de uma gestão compartilhada e participativa, em que todos os envolvidos no processo educacional contribuam com ideias, opiniões e trabalhem na busca por uma educação cada vez melhor e mais organizada. Isto exige, por sua vez, uma revisão das atribuições específicas e gerais, assim como a distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão, especificamente falando. Libâneo (2000) destaca que,

[...] educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. (LIBÂNEO, 2000, p. 22).

Isso equivale a dizer que a escola deve se constituir como sendo um local de interação da sociedade educacional, sempre aberta ao diálogo e à participação efetiva de toda a comunidade escolar.

Para implementar a participação democrática no contexto do processo de ensino-aprendizagem, a Escola Municipal Joaquim Marques conta com a atuação efetiva de elementos tais como, Colegiado Escolar, Conselho Escolar e outros que se mostram importantes auxiliares na busca por um processo educativo cada vez mais dinâmico e aberto. Na escola em questão, tem-se buscado um conceito de administração de forma coletiva, dialógica e democrática.

Assim, percebe-se que a administração é voltada para práticas pedagógicas que promovam e ampliem as condições necessárias para o exercício da cidadania, do respeito à dignidade das diferenças individuais e da pluralidade cultural. Tem ainda como essência fundamental da educação o acesso aos bens sócio-culturais disponíveis, à tecnologia, ao desenvolvimento das capacidades de expressão, interação e identidade pessoal.

Nessa instituição existe o Conselho Escolar, órgão representativo da Comunidade Escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. É constituído por 50% dos profissionais da escola (supervisores, professores, serviços, secretários), 50% para segmento de pais ou responsável por aluno da escola.

Há também o apoio do Conselho Fiscal e do Caixa Escolar com função consultiva, deliberativa, normativa e fiscalizadora, contribuindo para a democratização do espaço escolar, examinando os documentos contábeis e emitindo pareceres. Os Conselhos são escolhidos através de Assembleia Escolar, envolvendo toda a comunidade escolar, dentre os pais de alunos ou responsáveis e profissionais da escola, por um mandato de dois anos. O Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e três suplentes. Paro (2005) salienta que:

[...] a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades [...] (p. 16).

Dessa forma, a Escola Municipal Joaquim Marques procura sempre manter-se aberta à democracia, facilitando o processo de interação entre todos os

envolvidos de forma direta e/ou indireta no contexto do processo educativo. Com isso, espera-se que a democratização da gestão educacional da escola em questão seja realmente efetiva, capaz de promover melhorias significativas no processo educativo como um todo, atendendo as necessidades e exigências do mesmo de maneira equilibrada e coerente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de realização do presente estudo, foi possível verificar que a elaboração do Projeto Político Pedagógico deve levar em conta as reais necessidades e expectativas do processo de ensino-aprendizagem, como um todo, visando encontrar bases sólidas para o desenvolvimento das atividades propostas nas escolas e instituições de ensino.

Isso porque, através do Projeto Político Pedagógico se torna mais fácil estabelecer diretrizes a serem seguidas o que auxilia, em muito, o pleno desenvolvimento do processo educativo.

Na escola observada, percebe-se que o objetivo central da Educação é realmente levado a sério, pois todos os membros envolvidos trabalham sempre em conjunto: pais, alunos, professores, gestores, supervisores, etc., em prol de um objetivo comum, qual seja, alcançar uma educação de qualidade.

O papel do Conselho Escolar na escola em questão é bem elaborado e eficiente, contando com uma gestão participativa e democrática que busca envolver pais, alunos, professores e funcionários nas decisões e na execução de ações que colaborem com a formação pessoal, cultural e profissional do educando.

Sendo assim, percebe-se que a escola atende de forma coerente as prioridades propostas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10172/2001, onde se estabelece que as políticas públicas de educação devem promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares em órgãos equivalentes.

De uma forma geral, apreende-se que todos os envolvidos no processo educativo buscam um esforço conjunto na busca de soluções, de atitudes e de estratégias que, realizadas coletivamente, com a participação da comunidade escolar, torne possível uma reestruturação do ensino, garantindo ao mesmo a qualidade que se espera de uma educação voltada, de fato, para a formação do indivíduo, tornando-o crítico e consciente de suas ações.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Doralice Marques de Araújo; SANTOS, Florisbela Nunes dos; MARQUES, Rosemy Soares; ALMEIDA, Zozina Maria Rocha. **Colegiado/Conselho Escolar**: aprimorando a qualidade da escola pública. Salvador: Gerir, 2002, v. 8, n. 25, p. 10-47.

DOURADO, Luiz F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, G. S. Q.; ABULMASSIH, M. B. F. O projeto político: algumas considerações. In: **Revista profissão docente** (online), v. 1, n. 1, fev 2001.p 1 – 6.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2000. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB_Gest%C3%A3o.p.df> Acesso em: 20 de julho de 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Colegiado Escolar** (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=265>>. Acesso em 15/8/2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Caderno 5: Conselhos Escolares: Gestão Democrática da Educação e a escolha do Diretor. Brasília, DF, 2005.

_____. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública. Brasília, DF, 2004, p. 23-27.

PARO, V. H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Joaquim Marques. Bom Sucesso-MG, 2012.

SANTOS, Claudivon Silva; OLIVEIRA, Ducirlândia F. de S; BRITO, Regivane Santos. **A contribuição do Conselho Escolar na construção da gestão democrática no município de Planaltino-Ba**. Disponível em:

<<http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/68CO.pdf>>. Acesso em 22/08/2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe:** Instrumentos da organização do trabalho. Disponível em: <www.anpae.org.br>. Acesso em 14/08/2013.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
JOAQUIM MARQUES**

**GLEICE MARA PEREIRA DE ANDRADE
MÁRCIA HELOÍZA DE SOUZA MATA
MARIA DE NAZARÉ CRUZ
ROSA MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA
SILÉSIA LÁZARA DE CARVALHO
TEREZINHA DELFINA DOS SANTOS**

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
JOAQUIM MARQUES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
3. CURRÍCULO	18
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	20
5. PROCESSOS DE DECISÃO	23
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	25
7. AVALIAÇÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29
ANEXOS	30

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Joaquim Marques. A escola em questão encontra-se situada na Praça Getúlio Vargas, número 140, na área central da cidade de Bom Sucesso – MG. O telefone é (35) 3841-1234. Foi criada pelo Decreto nº 4.841 de 14/08/1917, publicado no Minas Gerais de 15/08/1917, através da Resolução da SEE nº 9557/98, publicada no Minas Gerais de 19/12/1998, ano em que foi municipalizada, passando a denominar-se Escola Municipal Joaquim Marques de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). Através do Decreto nº 945 de 03 de novembro de 2008, passou a denominar-se Escola Municipal Joaquim Marques de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Sua entidade mantenedora é o Poder Municipal de Bom Sucesso/MG.

O bairro no qual se encontra inserida a escola Joaquim Marques é em sua maior parte constituído de residências, embora haja grande quantidade de estabelecimentos comerciais tais como: panificadoras, pastelarias, mercearias, supermercados, lojas de calçados e de roupas, assim como fórum, prefeitura, hospital, posto de saúde e outros, pelo fato de que o bairro propriamente dito situa-se no centro da cidade e, dessa forma, conta com um número grande de pessoas circulando pelas ruas diariamente.

A população residente no bairro pertence, em sua grande maioria, à classe média e classe média alta. A infra-estrutura da escola é bem elaborada e projetada, atendendo de forma satisfatória a todos os que participam de seu processo de ensino-aprendizagem. O Projeto Político Pedagógico (PPP) consolida-se na Lei 9394/96 que estabelece em seu artigo 12, inciso I que “todas as instituições de ensino devem elaborar suas propostas pedagógicas, refletindo sobre as ações e intenções educativas presentes nas mesmas”.

No contexto atual, a escola (como um todo) vem sendo questionada acerca do seu papel ante as diversas transformações que vêm ocorrendo, cada dia com mais intensidade e de forma mais rápida, tendo em vista o fato de que as mesmas criam novas demandas e exigências para a escola, o que, conseqüentemente, leva estas a buscarem sempre se ajustar às mudanças em curso. Essas mudanças trazem implicações substantivas para a construção do projeto político pedagógico da escola que, segundo Veiga (1998, p.1) “tem a ver com a organização do trabalho

pedagógico em dois níveis: na organização geral da escola, ou seja, na organização da escola como um todo e na organização da sala de aula”.

Além do mais, apreende-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) seja um documento de relevada importância, sendo entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola, visando uma gestão democrática e participativa, que conte com a participação efetiva de toda a comunidade escolar na busca de uma educação de qualidade para todos, o que é, sem sombra de dúvida, um direito geral e coletivo.

“No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, passado do verbo *projicere*, que significa lançar para frente. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação” (FERREIRA, 1975, p.1.144).

O projeto, como seu próprio nome e indica, busca estabelecer um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, um compromisso definido de forma coletiva, contando com a participação efetiva de toda a comunidade escolar, visando alcançar resultados cada vez mais condizentes com as reais necessidades e expectativas do processo educativo, como um todo. De acordo com Gonçalves e Abdulmassih:

A construção do projeto político pedagógico é a forma subjetiva de a escola dar sentido ao seu saber enquanto instituição escolar: é a realização concreta de seus sonhos, onde ações são desconstruídas e reconstruídas de forma dinâmica e histórica; é a revelação de seus compromissos, sua intencionalidade e principalmente a identidade de seus membros. (GONÇALVES E ABDULMASSIH, 2001, p.2).

Dessa forma, entende-se o Projeto Político Pedagógico como sendo um instrumento fundamental, primordial para a efetiva construção e instalação da democracia social e educacional. É preciso também ressaltar que, devido à sua importância e real finalidade, o projeto político pedagógico deve realmente mostrar a escola como ela é, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e limitações, colocando-se sempre como um espaço de construção coletiva. Compreende-se, a partir do exposto, que o projeto político pedagógico não é algo que possa ser construído e logo em seguida arquivado, deixado de lado como se nada representasse para o contexto do processo de ensino-aprendizagem. Pelo contrário, ele deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, nas mais

diversas circunstâncias e situações, além de contar com a participação de todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Isso pode ser comprovado nas palavras de Veiga (2002) quando o mesmo diz que:

O projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo desta escola. (VEIGA, 2002, p.12).

De forma geral, é preciso levar em conta que o Projeto Político Pedagógico, sendo entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola, deve ter sua construção voltada sempre para os princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, buscando gestar uma nova organização do trabalho, passando pela reflexão sobre os princípios que o envolvem e sobre os quais ele se baseia para se concretizar como uma realidade.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Assim, compreende-se que projetar equivale a dizer romper com o estável, quebrar um estado confortável para arriscar-se, para buscar o novo, para alcançar novos horizontes. Para Veiga (2002) a principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa, essencialmente, resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, de diálogo, fundado na reflexão coletiva. “Portanto, é preciso entender que o projeto político pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula.” (VEIGA, 2002, p.02).

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O objetivo maior de toda instituição de ensino deve ser o de proporcionar um ensino de qualidade aos seus educandos, a fim de que os mesmos possam desenvolver de forma adequada seu cognitivo, assim como se tornarem conscientes e críticos sobre o seu papel no contexto da sociedade na qual se encontram inseridos como parte efetiva da mesma. Sendo assim, pode-se dizer que o papel da escola na vida do ser humano é transmitir conhecimentos. Porém, esta é

apenas uma de suas finalidades, havendo também a preocupação em “formar” um cidadão responsável e capaz. Segundo Pereira (2006):

A escola desempenha um papel importante na formação do indivíduo, preparando-o para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania. Mais do que um espaço destinado à alfabetização e à aprendizagem de conteúdos, a escola influencia de forma significativa na formação moral. (PEREIRA, 2006, p.3)

Além do mais, é importante destacar que a escola persegue, em sua trajetória, finalidades específicas a serem alcançadas e estas devem ser claras quanto ao seu conteúdo e objetivo final, o que leva a entender que os professores devem buscar sempre refletir sobre a ação educativa que a escola na qual atuam desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela mesma define, assim como buscar uma maior compreensão da sua própria ação e prática educativa junto aos seus educandos.

Alves (1992, p.15) afirma ainda que “há a necessidade constante de se saber se a escola dispõe de alguma autonomia na determinação das finalidades e também seu desdobramento em objetivos específicos”. No contexto educacional, autonomia é um tema fundamental, alicerçando-se na idéia de Jean Piaget (1970, p.03) de que esta se constitui num fim para a educação. Para Freitas (2002, p.11), “o significado de autonomia deve ser apreendido de forma correta visto que conceitos mal compreendidos geram práticas equivocadas”.

A autonomia atinge uma dimensão variada, mostrando-se de forma clara a necessidade de uma autonomia que seja construída de forma gradativa e contínua, diariamente, buscando dar voz a todos os envolvidos na questão do processo educativo.

Para que a escola atinja esse objetivo final é necessário que haja toda uma reavaliação estrutural e política em relação a tudo que é feito em seu processo de desenvolvimento.

Apreende-se, portanto, que a autonomia da escola é um elemento vital para que a mesma possa ter a liberdade necessária e indispensável para ser capaz de se adaptar ao meio social no qual se encontra inserida. Do mesmo modo, constata-se a importância da participação de toda a sociedade no processo de autonomia, ressaltando-se a importância da participação e mobilização ativa dos pais e dos alunos, inclusive na tomada de decisões.

A autonomia é então essa via de mão-dupla, de mútua cooperação entre gestores e sociedade. Os tempos mudaram e continuam mudando a cada dia e, para atender e acompanhar essas mudanças, também a escola deve estar preparada de forma adequada para se adaptar de forma adequada e condizente com as necessidades e expectativas do processo educativo. Partindo desse pressuposto, a Escola Municipal Joaquim Marques tem como principal finalidade trabalhar em um esforço conjunto para produzir decisões e ações fundamentais de acordo com a sua realidade e com os olhares voltados para a Escola que se deseja alcançar.

Tem também a missão de oferecer condições adequadas para que haja, de fato, um desenvolvimento integral de seus educandos, levando-se em conta as possibilidades e capacidades de aprendizagem de cada um deles. A Escola Municipal Joaquim Marques apóia-se na visão de propor práticas pedagógicas educativas adequadas às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira e em sua filosofia educacional preconiza a formação de valores, a ética, os ideais de igualdade, fraternidade e respeito às diferenças.

A escola em questão adota uma postura libertadora e acredita que educar é preparar para o exercício da consciência de direitos e deveres e ainda, refletir sobre a realidade de modo que, antes de se pensar em transformá-la, se tenha uma ideia real do momento em que se vive, interpretando intenções e ideias contidas em práticas e formas de comunicação aparentemente inofensivas. Isso porque, o que a escola deseja, de verdade, é formar um aluno que tenha valores sólidos e que, ao mesmo tempo, seja reflexivo.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Como forma de viabilizar as ações a serem implementadas no contexto da instituição educacional, no que se refere ao campo administrativo e pedagógico, é imprescindível que haja, na escola, uma estrutura organizacional coerente e bem estruturada. Toda a instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal.

Conforme Libâneo (2001, p.09) o termo estrutura tem aqui o sentido de ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um

todo, no caso a escola. Isso é necessário porque, caso haja uma boa estruturação na organização da escola, se torna possível viabilizar, de forma coerente e prática, as ações a serem efetuadas no campo administrativo e pedagógico.

Isso equivale a dizer que é preciso, de fato, uma organização bem elaborada a fim de se alcançar os resultados esperados no contexto da educação.

A escola, de uma forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas, ambas importantes e que se complementam, que são as administrativas e as pedagógicas, sendo que as primeiras têm como objetivo assegurar a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. As pedagógicas, que, teoricamente, determinam a ação das administrativas, “organizam as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades” (Alves 1992, p. 21).

De forma geral, entende-se que as estruturas pedagógicas se referem às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo e nela se incluem, também, todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A análise da estrutura organizacional da escola tem como principal objetivo e finalidade buscar identificar quais estruturas são realmente valorizadas e por quem, o que leva a perceber que, na verdade, a análise e a compreensão da estrutura organizacional da escola significam indagar sobre suas características, seus pólos de poder, seus conflitos. Para realizar um ensino de qualidade e cumprir suas finalidades, as escolas têm que romper com a atual forma de organização burocrática que regula o trabalho pedagógico e adotar uma nova postura em relação ao mesmo, objetivando ampliar o universo de possibilidades e de realizações no campo da educação.

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

Entende-se como organização administrativa educacional a estrutura da escola como estabelecimento de ensino. Esse tipo de organização se fundamenta na concepção de administração democrática, ou seja, tem como objetivo propiciar uma maior e melhor interação entre os envolvidos no processo propriamente dito, buscando resultados cada vez mais satisfatórios e efetivos. A Escola Joaquim Marques conta com uma gestão participativa que busca envolver pais, alunos,

professores e funcionários nas decisões e na execução de ações que colaborem com a formação pessoal, cultural e profissional do educando, de maneira equilibrada e coerente.

A escola preza, ainda, por um ambiente acolhedor, que receba a todos da mesma maneira, mantendo uma estrutura física de boa qualidade, priorizando condições adequadas de saneamento básico e de higiene. Em relação aos materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos existentes na escola Protásio Guimarães, verifica-se que os mesmos se encontram em boas condições de uso e em quantidade também suficiente para atender a demanda existente na instituição.

Uma vez por ano, a escola recebe o recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE¹, que em muito auxilia na aquisição de materiais e de melhorias buscada pela instituição. Conta também com recursos próprios, sendo que estes são obtidos através da realização de festas e eventos promovidos pela própria instituição. A escola tem sua fundamentação legal baseada na LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e oferece no corrente ano a Educação do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

A Escola Municipal Joaquim Marques está organizada para atender alunos do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Possui 653 alunos matriculados, frequentes e distribuídos em dois turnos, com média de 25 alunos por turma. As turmas são distribuídas de forma a facilitar o atendimento dos alunos, possibilitando aos mesmos um melhor aprendizado. No turno matutino, com funcionamento de 7h às 11:15, existem 13 turmas sendo 01 de 1º ano, 01 de 2º ano, 02 de 3º ano, 05 de 4º ano e 04 de 5º ano. Já no turno vespertino, com funcionamento de 12:30 às 16:45, são 14 turmas, assim distribuídas: 04 de 1º ano, 03 de 2º ano, 04 de 3º ano, 01 de 4º ano e 02 de 5º ano.

A escola possui o seguinte quadro funcional que tem função de contribuir de maneira efetiva para um bom funcionamento da instituição: 27 professores regentes; 5 professores eventuais; 01 professora de telecentro; 16 auxiliares de serviços gerais; 2 bibliotecárias; 3 secretárias; 3 supervisoras; 01 diretora e 02 vice-diretoras, totalizando 60 funcionários sendo 3 funcionários com 2 cargos. A partir do exposto, pode-se verificar que a escola apresenta um número suficiente de profissionais para

¹ Programa Dinheiro Direto na Escola consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12320&Itemid=246

atender a sua clientela, embora esse número possa ser ampliado como forma de proporcionar maior flexibilidade aos professores. A escola também se encontra em contato frequente com a família dos seus educandos, enfatizando a importância da mesma no desenvolvimento cognitivo de seus filhos. Isso é importante porque família e escola formam uma equipe e, assim, é fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, assim como a mesma direção no que diz respeito aos objetivos que desejam alcançar.

A equipe administrativa é formada por um diretor, dois vice-diretores escolhidos pela gestão municipal, autorizado pela Secretaria Estadual de Educação (SEE nº 150043), o que, infelizmente, não corresponde a um modelo democrático de escolha de direção. A equipe pedagógica é formada por supervisores, professores qualificados aprovados em concurso público.

Ressalta-se que mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que atinja o caminho do sucesso, que visa conduzir crianças e jovens a um futuro melhor. O ideal, segundo Caiado (2013) é que família e escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venha criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade.

Ainda conforme Caiado (2013, p.17) “existem diversas contribuições que tanto a família quanto a escola podem oferecer, propiciando o desenvolvimento pleno respectivamente dos seus filhos e dos seus alunos”.

Apreende-se, a partir do exposto, que a família e a escola devem sempre caminhar juntas em busca do melhor processo de ensino-aprendizagem.

Alguns critérios devem ser considerados como prioridade para ambas as partes. Como sugestões seguem abaixo alguns deles.

Em relação à família, Caiado (2013, p.17) afirma que é preciso: “Selecionar a escola baseado em critérios que lhe garanta a confiança da forma como a escola procede diante de situações importantes; Dialogar com o filho o conteúdo que está vivenciando na escola; Cumprir as regras estabelecidas pela escola de forma consciente e espontânea; Deixar o filho a resolver por si só determinados problemas que venham a surgir no ambiente escolar, em especial na questão de socialização; Valorizar o contato com a escola, principalmente nas reuniões e entrega de resultados, podendo se informar das dificuldades apresentadas pelo seu filho, bem como seu desempenho”.

Já em relação à escola, é necessário: “Cumprir a proposta pedagógica apresentada para os pais, sendo coerente nos procedimentos e atitudes do dia-a-dia; Propiciar ao aluno liberdade para manifestar-se na comunidade escolar, de forma que seja considerado como elemento principal do processo educativo; Receber os pais com prazer, marcando reuniões periódicas, esclarecendo o desempenho do aluno e principalmente exercendo o papel de orientadora mediante as possíveis situações que possam vir a necessitar de ajuda; Abrir as portas da escola para os pais, fazendo com que eles se sintam à vontade para participar de atividades culturais, esportivas, entre outras que a escola oferecer, aproximando o contato entre família-escola”.

É de extrema importância que a escola mantenha professores e recursos atualizados, propiciando uma boa administração de forma que ofereça um ensino de qualidade para seus alunos. (CAIADO, 2013).

Apreende-se, portanto que a parceria da família com a escola sempre será fundamental para o sucesso da educação de todo indivíduo. Portanto, pais e educadores necessitam ser grandes e fiéis companheiros nessa nobre caminhada da formação educacional do ser humano. Os serviços de apoio administrativo são constituídos por secretaria e serviços gerais, sendo que aos primeiros cabe a função de organizar, redigir, coletar, apurar, selecionar e manter atualizados cadastros, arquivos, fichários e demais documentos de escrituração da escola e aos serviços gerais, cuidar da limpeza e manutenção do espaço escolar.

Em relação ao Colegiado Escolar, apreende-se que este caracteriza-se como um órgão com funções deliberativa e consultiva nos assuntos relacionados à administração pedagógica financeira e administrativa da escola, sendo composto por membros da comunidade escolar. O Conselho de Classe, por sua vez, é um órgão colegiado cuja finalidade é refletir sobre o trabalho educativo a ser desenvolvido entre o esforço conjunto de educandos e equipe pedagógica. Contribui de maneira efetiva para a concretização de um ensino de qualidade, capaz de formar indivíduos críticos e conscientes.

A estrutura física da escola se apresenta da seguinte forma: 15 salas de aula, 01 sala de TV, 01 sala de brinquedo, 01 refeitório, 12 banheiros (sendo 04 para funcionários e 08 para os alunos), 01 área própria para apresentações artísticas e culturais, 01 laboratório de pesquisa, 01 cantina, 01 sala de professores e 01 sala de direção. Diante dos resultados obtidos, percebe-se que a atual estrutura física,

embora não seja a mais adequada, consegue propiciar boas condições de aprendizagem para os educandos.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A organização pedagógica caracteriza-se como sendo a estrutura do ensino ministrado no espaço escolar e que tem por objetivo articular, integrar e coordenar o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Para um melhor atendimento pedagógico, a Escola Municipal Protásio Guimarães coloca à disposição dos educandos, professores e demais funcionários TVs, DVDs, Vídeos, aparelhos de som, copiadoras, computadores (uso da secretaria e da direção), brinquedos, jogos educativos, CDs, DVDs e outros equipamentos e recursos necessários para o pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, de forma mais efetiva e dinâmica, possibilitando, ainda, o crescimento cognitivo dos seus educandos.

Para compreender a estrutura organizacional pedagógica é necessário também entender a necessidade de se ter uma consciência crítica sobre a importância de um espaço devidamente organizado e apropriado para atender, de forma satisfatória e plena, as necessidades e expectativas dos educandos, assim como de todos os que se encontram, direta ou indiretamente, relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, de uma forma geral.

Na Escola Municipal Joaquim Marques, os alunos são organizados em 27 turmas, sendo 14 delas no período matutino e 13 no período diurno. Na questão da prática pedagógica, o primeiro passo a ser observado e colocado em prática é o planejamento, pois o mesmo facilita o trabalho educativo do professor, além de auxiliar no preparo da criança para a vida futura. Para Baffi (2002):

O ato de planejar faz parte da história do ser humano, pois o desejo de transformar sonhos em realidade objetiva é uma preocupação marcante de toda pessoa. Em nosso dia-a-dia, sempre estamos enfrentando situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre as nossas atividades diárias são delineadas em etapas concretas da ação, uma vez que já pertencem ao contexto de nossa rotina. Entretanto, para a realização de atividades que não estão inseridas em nosso cotidiano, usamos os processos racionais para alcançar o que desejamos. (BAFFI, 2002, p. 03)

Isso equivale a dizer que as ideias que envolvem o planejamento devem ser amplamente discutidas como forma de se obter resultados práticos e efetivos, que

sejam realmente condizentes com os objetivos previamente estabelecidos. Da mesma forma, as etapas do planejamento devem ser bem elaboradas e estruturadas, objetivando com que o mesmo atenda as exigências e requisitos indispensáveis no contexto do processo educativo. As etapas do planejamento, conforme Baffi (2002) são as seguintes: preparação, acompanhamento e aprimoramento e suas finalidades se definem da seguinte forma:

1. A Preparação: consiste na formulação dos objetivos, de maneira clara, assim como na previsão das etapas necessárias para se alcançar os mesmos.
2. O Acompanhamento: tem como finalidade verificar a maneira pela qual o professor atua dentro da sala de aula e a forma como o educando aprende.
3. O Aprimoramento: consiste, na verdade, na busca da avaliação do resultado obtido. (BAFFI, 2020, p.11)

De forma geral, pode-se dizer que o objetivo maior do planejamento é, na verdade, auxiliar a ação do educador, fazendo com que o mesmo perceba a importância de estabelecer metas e diretrizes a serem seguidas como meio de dinamizar a educação e permitir resultados melhores e mais abrangentes e, sendo assim, constitui o planejamento propriamente dito em uma atividade que requer uma coerente organização com todos os envolvidos (de forma direta e/ou indireta). A participação da sociedade, melhor dizendo, da comunidade educacional (pais, filhos, professores, etc) é muito importante, muito válida como auxiliador no contexto geral da educação.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205).

Com isso percebe-se a necessidade e importância da realização de um trabalho coletivo em relação à questão do processo educativo, como forma de proporcionar um ensino de qualidade e cada vez mais amplo e generalizado, de fácil acesso a todos. A Escola Municipal Joaquim Marques sabe que a ação de planejar e intervir adequadamente, assim como definir desempenhos e responsabilidades, gera confiança, alivia tensões e garante o sucesso. Sendo assim, acredita que traçando metas, estabelecendo parcerias, definindo responsabilidades, se torna possível chegar à Escola que realmente se deseja, oferecendo educação de qualidade,

condições ideais para o processo de inclusão e, conseqüentemente, facilitando a construção de uma nova realidade social.

Quanto à participação das famílias no processo de aprendizagem dos educandos, na Escola Joaquim Marques percebe-se claramente que, embora não se tenha conseguido ainda uma participação total das famílias no contexto educacional, as mesmas se mostram bastante interessadas e presentes nas diversas ocasiões em que são chamadas a comparecer na escola e participar das atividades escolares promovidas por essa instituição de ensino, assim como em todos os momentos necessários para promover um ensino de qualidade cada vez maior.

Essa participação é realmente imprescindível para o pleno desenvolvimento do educando, uma vez que a família é o primeiro grupo do qual o indivíduo faz parte, e como tal, tem a incumbência de transmitir para este a necessidade de se desenvolver os primeiros conceitos sobre valores, relacionamentos, aceitação de liberdade associada ao limite, entre outros pontos indispensáveis à vivência e convivência em sociedade.

Por isso, é necessário que o ambiente familiar seja protetor, esclarecedor e exemplar, pois, são as pessoas que compõem este ambiente que, primeiramente, irão ajudar o indivíduo a formar a sua identidade, dando liberdade de escolha e orientando-o para formar seus valores e atitudes sem dar-lhe um modelo pré-formado. De acordo com Goretin (2004, p.05) “percebe-se que a família é um núcleo fundamental na formação dos seres para o convívio social”. Sendo assim, tem um papel de total competência: introduzir as primeiras lições de cidadania e de respeito ao próximo, além de arcar com a responsabilidade de ser um espelho de atitudes adequadas.

E são esses valores, anteriores à etapa de escolarização do indivíduo que permitirão com que ele se torne capaz de conviver harmonicamente com outras pessoas, obedecendo aos princípios da responsabilidade, solidariedade, reconhecimento dos direitos dos outros e compreensão das regras comuns. Dessa forma, é preciso dispensar aos pais e/ou responsáveis um tratamento digno, carinhoso, atencioso e, sobretudo, de reconhecimento pelo trabalho que estes desempenham com os filhos no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem.

A Escola Municipal Joaquim Marques também atende alunos de inclusão, ou seja, indivíduos com algum tipo de necessidade educativa e/ou física especial, tais como: crianças autistas, com retardo mental, com dificuldades motoras, baixa visão,

entre outras. Para trabalhar de forma eficiente com esse tipo de alunos, a escola em questão conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Entende-se que a inclusão é um conceito amplo e que vem sendo bastante discutido nos últimos tempos. Porém, é necessário esclarecer que ela não é um processo que se refere unicamente às pessoas com deficiência. Pelo contrário, ela se apresenta de forma bem mais abrangente, atingindo vários setores da sociedade. Do ponto de vista educacional e escolar, a inclusão significa educação de qualidade para todos e abrange todas as crianças, tanto aquelas com deficiências orgânicas ou funcionais, como as que estão excluídas por outras questões. Segundo Beyer (1996),

A inclusão é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, visando a igualdade de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. Ela contribui para a construção de uma sociedade que passará por várias transformações, sobretudo na mentalidade das pessoas. Sendo assim, deverá adaptar-se à necessidade da criança deficiente, tendo em vista o seu pleno desenvolvimento. (BEYER, 1996, p.13)

A inclusão representa, portanto, a entrada em um novo mundo, a tomada de um novo caminho que deve ser construído por todos aqueles que esperam viver em uma sociedade justa e igualitária para todos, apresentando os mesmos direitos e deveres para todos os cidadãos, independente de sua condição física, psíquica, social ou econômica. Para que realmente haja uma inclusão da criança com necessidades especiais no sistema educacional é preciso que seja oferecido aos educandos os suportes dos quais o mesmo vai precisar e que lhes permita, de fato, estarem incluídos, podendo, dessa forma, participar ativamente da sociedade na qual se encontram inseridos.

A inclusão é um processo que requer um certo conhecimento, uma certa orientação quanto à sua complexidade e quanto à forma de se trabalhar com o mesmo, especialmente no processo de ensino-aprendizagem, pois,

A escola é uma instituição responsável pela construção do sujeito enquanto cidadão, portanto, deve-se trabalhar a superação dos alunos portadores de necessidades especiais, na busca de romper com os obstáculos causados pelo preconceito e pela exclusão. (PINHEIRO, 1998, p.13)

O mais importante em todo esse processo é a necessidade da formação da consciência crítica do professor quanto à sua responsabilidade pela aprendizagem e

crescimento de seus alunos, sejam eles especiais ou não. Ressalta Glat (1998, p.12),

Não basta querer inserir os alunos com necessidades educativas especiais na escola. Devemos, também, dar condições a estes para que possam se desenvolver social e intelectualmente, junto às demais crianças na classe comum, pois, caso contrário, a dita inclusão não fará o menor sentido e, muito menos, trará resultados positivos para o processo educacional. (GLAT, 1998, p.12)

Somente com a participação ativa e consciente de todos é que será possível tornar concreto o sonho da inclusão escolar, o sonho de poder proporcionar a todos os educandos chances iguais de crescer e se desenvolver. Um ponto importante e que deve ser ressaltado no contexto do processo de ensino-aprendizagem ministrado pela Escola Municipal Joaquim Marques é o fato de que toda a elaboração e execução da sua organização pedagógica perpassa pelo Projeto Político Pedagógico e que sua estrutura pedagógica preconiza o desenvolvimento integral de seus alunos em todos os aspectos: físicos, psicológicos, cognitivos e sociais. Tudo isso visando uma educação com qualidade e eficiência cada vez maiores e mais sólidas.

Por isso é que a proposta pedagógica da Escola Municipal Joaquim Marques , elaborada após estudo do diagnóstico da sua própria realidade escolar, assim como da definição de objetivos e metas, se mostra como sendo o seu norte, ou seja, a sua prioridade.

3. CURRÍCULO

Ao se falar em currículo, logo se pensa em um conceito variado sobre a sua real e correta definição, uma vez que ele engloba vários elementos, tais como: disciplinas, matérias, conteúdos, conjunto de saberes, conhecimentos educacionais e escolares, entre outros. Na verdade, essencialmente o currículo pode ser entendido como um conjunto de experiências, vivências e atividades na escola, convergentes para objetivos educacionais. Um fato importante e que deve ser sempre observado é que todas estas experiências e atividades relacionadas ao currículo precisam ser levadas a sério, trabalhadas integradamente no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Veiga (1995, p.32) o termo currículo é derivado da expressão latina curriculum significando pista ou circuito atlético. O currículo escolar tem a finalidade de nortear todo o trabalho que deverá ser desenvolvido na escola, tendo em vista a característica atual da sociedade, sendo que sua prática reflete na visão de mundo, o que exige com que o mesmo seja devidamente elaborado, a fim de evitar possíveis falhas de interpretação.

Apreende-se, daí, que currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar, implicando, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Conforme Veiga (1995),

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. (VEIGA, 1995, p.12)

O conhecimento escolar é dinâmico e não apenas uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos. É por isso que se mostra necessário—promover, na escola, uma reflexão mais profunda sobre o processo de produção do conhecimento escolar, uma vez que ele é, simultaneamente, processo e produto. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece a estrutura do currículo para os diferentes níveis de ensino, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI). No artigo 26 da LDB fica estabelecido o seguinte:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, LDB nº 9394, 1996, ART. 26).

Veiga (1995, p.12) diz ainda que na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos, a seguir:

1. O primeiro é o de que o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. A determinação do conhecimento

escolar, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular. O currículo expressa cultura. (VEIGA, 1995, p.12).

2. O segundo ponto é o de que o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado. (VEIGA, 1995, p.12)

3. O terceiro ponto diz respeito ao tipo de organização curricular que a escola deve adotar. Esta organização, no caso do currículo integração, por exemplo, visa reduzir o isolamento entre as diferentes disciplinas curriculares, procurando agrupá-las num todo mais amplo. (VEIGA, 1995, p.12).

Na Escola Municipal Joaquim Marques, o currículo vem sendo construído tendo por princípio o atendimento aos diferentes ritmos da aprendizagem, buscando-se o respeito às diferenças de perfil do aluno. Considera, ainda, as necessidades sociais do momento vivido.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do tempo e do espaço representa um fator significativo para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e, sendo assim, ela deve ser estruturada de forma a permitir a coerência e a qualidade do processo educativo, como um todo. Na Escola Municipal Joaquim Marques, os espaços escolares constituem-se em ambientes educativos propícios para o aprendizado e para o aprimoramento das habilidades dos educandos. Os tempos mudaram, e com ele, mudaram também a sociedade e a educação. Da mesma forma, os espaços foram se modificando com o passar do tempo, mostrando a necessidade de se adaptar melhor as escolas e instituições de ensino a esse processo gradual e contínuo de transformações.

Isso deve ser feito tendo em vista a necessidade e a importância de proporcionar aos educandos todas as condições necessárias para que o mesmo possa se adaptar, desenvolver e acompanhar todo o processo evolutivo do aprendizado e do conhecimento com qualidade. Assim, apreende-se que a escola deve pensar de forma crítica e coerente, sobre todos os seus espaços, assim como nas inúmeras possibilidades de viabilizar atividades que possam ser realizadas nos mesmos. Nos espaços educacionais deve haver sempre uma estreita ligação dos mesmos com a proposta pedagógica idealizada pela instituição educacional, uma vez que ambos se complementam, ou seja, um faz parte indissociável do outro, buscando atingir objetivos e resultados comuns.

Para Agustín Escolano (apud VIÑAO, 1995, p. 72) “nem o espaço, nem o tempo escolares são dimensões neutras do ensino, simples esquemas formais ou estruturas vazias da educação”. Ao contrário, afirma que operam como uma espécie de discurso que institui, em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos (ESCOLANO, 1998, p. 26). “Como pedagogias, tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam, permitindo a interiorização de comportamentos e de representações sociais. Nessa perspectiva, atuam como elementos destacados na construção social (e histórica) da realidade” (VIÑAO, 1995, p. 72).

Conforme Filho e Vidal (2000):

Como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar. (FILHO E VIDAL, 2000, p.12)

Entende-se que o tempo que o estudante passa na escola, assim como o espaço vivenciado por ele deve estar sempre voltado para a promoção e exercício constantes da cidadania. No ano de 2012, a Escola Municipal Joaquim Marques promoveu melhorias em seu espaço físico para melhor atender aos seus educandos, objetivando proporcionar aos mesmos melhores condições de aprendizagem e de desenvolvimento. A escola leva em conta também a importância de se organizar de forma criteriosa e coerente tanto os espaços quanto os tempos escolares, com vistas a dar a todos os educandos as mesmas oportunidades e tratamento, sem privilegiar ou excluir qualquer um deles.

Assim, no que se refere à organização das salas de aula, a mesma é feita buscando-se manter em cada uma delas um número específico de alunos que seja capaz de, ao mesmo tempo, favorecer a aprendizagem e garantir uma educação verdadeiramente igualitária e de qualidade, pensando-se em todos os seus espaços e nas inúmeras possibilidades de viabilizar atividades que possam, efetivamente, ser realizadas nestes.

A Escola Municipal Joaquim Marques, atualmente, conta com 15 salas de aula, todas devidamente preparadas e adequadas para atender ao seu alunado, sendo arejadas, espaçosas e compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas durante o período escolar. Possui também sala de televisão, sendo que a mesma conta ainda com aparelhos de DVD's, caixa de som acústica para que os alunos possam organizar suas atividades, desenvolvendo ainda o gosto e o interesse pela música e pela arte, dentre outros equipamentos indispensáveis para o bom aprendizado.

Os banheiros (12 no total, contando os destinados aos alunos e aos professores e funcionários) são bem higienizados diariamente e quantas vezes se fizer necessário. Na sala de secretaria encontram-se arquivos, computadores, documentos escolares, impressoras e armários para guarda dos documentos necessários para a escrituração e contabilidade da escola em questão. A cozinha é bastante ampla, ventilada e conta com os recursos necessários para proporcionar uma alimentação adequada aos educandos e os funcionários adotam normas de higiene indispensáveis para um trabalho consciente. Também a sala de direção encontra-se devidamente estruturada para atender aos educandos e a toda a comunidade escolar de maneira organizada e coerente com as reais necessidades e expectativas apresentadas pelos mesmos.

Entende-se, ainda, que a instituição escolar não pode perder de vista que a organização do tempo deve seguir o calendário escolar (Anexo B) e as legislações vigentes. Assim, o calendário escolar da Escola Municipal Joaquim Marques é devidamente organizado, contando com a colaboração da Secretaria Municipal de Educação (vide anexo) e antes de sua aprovação definitiva, os profissionais da educação são ouvidos e suas ideias e sugestões analisadas. Segundo a LDB:

O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei. (Brasil, LDB nº 9394, 1996, ART.23, parágrafo 2º).

A Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – a carga mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. (BRASIL, LDB nº 9394, 1996, ART. 24º, Inciso I).

Os espaços destinados ao lazer das crianças também apresenta as condições necessárias para que elas possam realizar as diversas atividades de recreação e de aprendizado. A Escola Municipal Protásio Guimarães organiza-se em regime seriado. Para a promoção ao ano seguinte, o aluno deverá alcançar o mínimo necessário de 60% dos créditos distribuídos durante o ano letivo. As avaliações são somativas e o total anual é de 60% exigido para aprovação.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Na organização formal da escola, o fluxo das tarefas das ações e das decisões deve ser devidamente orientado por procedimentos formalizados, prevalecendo as relações de hierarquia a fim de que haja, de fato, uma organização sistemática e condizente com o trabalho a ser desenvolvido. Pode-se definir o processo de decisão como sendo um instrumento dinâmico da gestão participativa na escola, uma estrutura administrativa educacional adequada à realização dos objetivos educacionais, segundo os interesses da comunidade escolar, como um todo, prevendo, dessa forma, mecanismos que sejam capazes de estimular a participação de todos no processo de decisão.

Assim, entende-se que a gestão escolar deve sempre se pautar nos princípios democráticos de uma gestão compartilhada e participativa, em que todos os envolvidos no processo educacional contribuam com ideias, opiniões e trabalhem na busca por uma educação cada vez melhor e mais organizada. Isto exige, por sua vez, uma revisão das atribuições específicas e gerais, assim como a distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão, especificamente falando. Libâneo (2000) destaca que,

[...] educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. (LIBÂNEO, 2000, p.22)

Isso equivale a dizer que a escola deve se constituir como sendo um local de interação da sociedade educacional, sempre aberta ao diálogo e à participação efetiva de toda a comunidade escolar. Para implementar a participação democrática no contexto do processo de ensino-aprendizagem, a Escola Municipal Joaquim

Marques conta com a atuação efetiva de elementos tais como, Colegiado Escolar, Conselho Escolar e outros que se mostram importantes auxiliares na busca por um processo educativo cada vez mais dinâmico e aberto. Na escola em questão, tem-se buscado um conceito de administração de forma coletiva, dialógica e democrática.

Assim, percebe-se que a administração é voltada para práticas pedagógicas que promovam e ampliem as condições necessárias para o exercício da cidadania, do respeito à dignidade das diferenças individuais e da pluralidade cultural. Tem ainda como essência fundamental da educação o acesso aos bens sócio culturais disponíveis, à tecnologia, ao desenvolvimento das capacidades de expressão, interação e identidade pessoal.

Nessa instituição existe o Conselho Escolar, órgão representativo da Comunidade Escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. É constituído por 50% dos profissionais da escola (supervisores, professores, serviços, secretários), 50% para segmento de pais ou responsável por aluno da escola.

Há também o apoio do Conselho Fiscal e do Caixa Escolar com função consultiva, deliberativa, normativa e fiscalizadora, contribuindo para a democratização do espaço escolar, examinando os documentos contábeis e emitindo pareceres. Os conselhos são escolhidos através de Assembleia Escolar, envolvendo toda a comunidade escolar, dentre os pais de alunos ou responsáveis e profissionais da escola, por um mandato de dois anos. O Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e três suplentes. E, Paro (2005) salienta que:

[...] a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades [...] (PARO, 2005, p.16).

Dessa forma, a Escola Municipal Joaquim Marques procura sempre manter-se aberta à democracia, facilitando o processo de interação entre todos os envolvidos, de forma direta e/ou indireta no contexto do processo educativo, de uma forma geral. Com isso, espera-se que a democratização da gestão educacional da escola em questão seja realmente efetiva, capaz de promover melhorias significativas no processo educativo, como um todo, atendendo as necessidades e exigências do mesmo de maneira equilibrada e coerente.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

É importante ressaltar que, quando se busca uma nova organização do trabalho, é indispensável buscar relações harmoniosas e equilibradas, que permitam o desenvolver coerente das atividades a serem realizadas. Em essência, relação de trabalho entende-se como sendo a vivência, a convivência e a comunicação experimentadas por um grupo em um determinado espaço de interação. Em relação ao processo educacional, pode-se definir que essas relações são estabelecidas nas relações entre aluno-aluno, professor-aluno, professor-professor, escola-comunidade, entre outras. Essa relação é de extrema importância para se viabilizar negociações justas e democráticas entre os seus vários autores.

Na Escola Municipal Joaquim Marques, as relações de trabalho são sempre pautadas no respeito às diferenças, assim como na participação coletiva e democrática de todos os envolvidos nas mesmas, com vistas a se alcançar uma educação verdadeiramente justa, equilibrada e acessível a todos. Além do mais, essas relações se estabelecem na base da confiança e do trabalho em equipe, elementos indispensáveis e que devem ser realizados em caráter coletivo, dialógico, participativo e democrático. Essa participação coletiva é imprescindível para que os objetivos sejam mais facilmente alcançáveis e condizentes com as necessidades educativas, como se percebe nas palavras de Pellegrini (1986),

A grande riqueza da participação de todos está na medida em que cada grupo ou cada pessoa traz para o grupo as suas percepções sobre a realidade que o cerca quando seus objetivos definidos ou planos de ação estão impregnados dessas diferentes concepções. (PELLEGRINI, 1986, p.127).

Na escola em questão, em caso de maiores desentendimentos entre funcionários, viabilizam-se negociações justas, tornando a mesma um ambiente mais acolhedor e igualitário. Quanto ao relacionamento criança-criança, criança-adulto, família e outros, os profissionais atuantes na instituição buscam sempre ouvir as partes envolvidas, tentando solucionar os conflitos de maneira adequada e equilibrada, contando, para isso, com uma consulta efetiva do Regimento Escolar. Quando necessário, ainda se solicita apoio ao Conselho Escolar e ao Conselho Tutelar para que as decisões tomadas sejam justas e imparciais. Diante do exposto,

torna-se evidente a necessidade e importância de se compreender as relações de poder, como forma de se evitar a existência de uma relação centralizadora e autoritária. Isso se mostra evidente porque,

Compreender as relações de poder na escola é necessário no sentido de apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc). (AREDES, s/d, p.2).

Por isso, todo esforço em se gestar uma nova forma de organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola, ou seja, é preciso que haja um consenso quanto às formas a serem estabelecidas no que diz respeito a organização e estruturação educacional. Somente assim, se torna possível alcançar uma relação de trabalho baseada no respeito e na solidariedade entre seus membros.

Em caso de conflito de ideias e ou comportamento e atitudes de funcionários, busca-se resolver os mesmos através do diálogo e da busca coletiva da melhor forma de ação.

7. AVALIAÇÃO

A questão da avaliação vem ganhando destaque nos debates sobre Educação, tendo em vista que a sua verdadeira finalidade e significado, muitas vezes, não são devidamente compreendidos por parte dos profissionais envolvidos – direta ou indiretamente - no processo educativo, em especial por parte dos professores, que utilizam a mesma como uma forma de “imposição de poder” diante dos alunos.

A avaliação nos possibilita pensar sobre a prática para poder aprimorá-la. Busca-se na Escola Municipal Joaquim Marques que a avaliação tenha as seguintes características: contínua e processual; dinâmica e participativa; diagnóstica e investigativa, além de informar a família sobre os processos vividos pelos filhos na escola, sensibilizando-a para um trabalho educativo em conjunto.

Para efeitos legais, as avaliações dos alunos são registradas com pelo menos quatro registros por ano letivo. A avaliação é contínua, utilizando instrumentos

diversos para a verificação do rendimento escolar, incluindo os registros indispensáveis ao acompanhamento do processo de aprendizagem.

O valor anual distribuído é de 100 (cem) pontos, sendo a seguinte escala: 1ª etapa – 20 pontos; 2ª etapa – 25 pontos; 3ª etapa – 25 pontos e 4ª etapa 30 pontos. É considerado aprovado no Ensino Fundamental o aluno que alcançar frequência mínima de 75% do total de horas do ano letivo e 60% dos pontos distribuídos no decorrer do ano letivo. É importante, portanto, salientar que a avaliação é uma prática social presente continuamente no sistema educacional e que, através da mesma, se torna possível atribuir juízo valorativo, qualificando e quantificando o elemento ou objeto.

De acordo com Esteban (2001, p.10) “nossa escola, hoje, está imersa em um mundo marcado por profundas e velozes transformações, um mundo que se apresenta através de fragmentos e muitas vezes não encontramos o fio que possa conectá-los”. No contexto em questão, entende-se que a prática educativa desperta muitos questionamentos, planos e realizações, dentre eles destacando-se a questão da avaliação escolar, para que ele possa ser, realmente, vista como instrumento auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Para Sacramento (2006, p.32), “com relação à avaliação entende-se que ela está relacionada com a diversidade, seja esta de valores, interesses e/ou prioridades”. Por isto, faz-se necessário analisar os instrumentos de avaliação onde os objetivos são distorcidos e, muitas vezes, usados para castigar os alunos e ameaçá-los à reprovação. Isso tem ocorrido frequentemente em muitas escolas para pegar os alunos desprevenidos, causando assim medo, ou melhor, pânico entre os educandos.

Geralmente, o termo “avaliação” é associado a outros tais como: exame, nota, sucesso e fracasso, promoção e repetência. Porém, a avaliação deve assumir dimensões mais amplas. A atividade educativa não deve ter por meta simplesmente atribuir notas e sim, realizar uma série de objetivos que se traduzem em termos de mudanças de comportamento dos alunos. Nesse sentido, segundo Moura (2006):

Pensar avaliação implica fazê-lo sempre vinculada a determinadas ações, consubstanciadas em propostas que expressam determinadas vontades políticas. Supõe, portanto, pensá-la como uma dimensão do processo educativo, dinâmico, processual, que deve qualificar e oferecer subsídios para um direcionamento ou redimensionamento de ações dos educadores e educandos.(MOURA, 2006, p.12).

Fica claro, portanto, que avaliar não é medir conhecimentos e sim verificar até que ponto o conteúdo foi assimilado pelos alunos, objetivando encontrar as possíveis “falhas” no processo de transmissão dos conhecimentos para mudar o que for preciso mudar. A avaliação, conforme Romão (2005, p.11) “deve acontecer a cada momento e não deve ser responsabilidade apenas do professor. Todos os alunos devem estar envolvidos no processo, dando sua contribuição”.

Continuando, ele diz que para que isso ocorra, é necessário que se garanta a confiança no grupo e que a avaliação seja levada a sério. Na Escola Joaquim Marques, as avaliações são realizadas de maneira construtiva, permitindo um acompanhamento coerente e equilibrado do desenvolvimento do aluno, assim como suas dificuldades e possibilidades durante todo o processo. Na referida escola, os resultados das avaliações escolares são acompanhados de uma reflexão com o aluno, dando-lhe oportunidades de rever e refazer suas produções.

Os instrumentos de avaliação utilizados pela Escola são: provas, trabalhos, exercícios orais e escritos e também avaliação atitudinal do aluno, visto que seus profissionais preconizam a formação integral do indivíduo. Após cada avaliação, o professor repensará e estabelecerá sua prática pedagógica, assim como novas estratégias de ensino de modo a recuperar o aluno com dificuldade. Assim, as avaliações, além de servirem a parte burocrática da Escola, cumprirão o seu papel principal, que é o de orientar o processo de ensino-aprendizagem. Será, portanto, contínua, paralela ao ensino e diagnóstica.

Para esse fim, a escola mantém um banco de provas para reclassificação de alunos e para certificação de conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental, no qual constarão atividades específicas que avaliem as habilidades básicas de cada conteúdo. Como estratégias de recuperação, a mesma é feita ao longo do ano letivo. A avaliação orienta o processo de ensino-aprendizagem e as necessidades específicas de reensino. A recuperação é paralela, ministrada pelo professor regente de turmas, auxiliado pelo Supervisor e um professor recuperador que atende extra-turno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após finalizado o trabalho em questão, torna-se mais clara a compreensão sobre a importância que o Projeto Político Pedagógico possui sobre o contexto do

processo educativo, como um todo, embora o mesmo não seja, por si só, suficiente para garantir uma educação de qualidade. Também fica claro que, para que o mesmo seja idealizado e colocado em prática de maneira eficiente, ele deve ser elaborado e implementado por todos os envolvidos na questão do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, o mesmo deve partir de um consenso e um trabalho coletivos em que se analisem todas as condições e exigências necessárias para sua efetivação.

No processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Joaquim Marques, houve algumas dificuldades iniciais, tais como: divergência de opiniões entre os membros componentes da mesma, a busca por uma metodologia que fosse realmente viável para alcançar os objetivos propostos pelo mesmo, dentre outras que, aos poucos, foram sendo sanadas.

Porém, apesar das dificuldades apresentadas em sua proposta inicial de elaboração, a efetivação do Projeto Político Pedagógico foi uma grande conquista para a escola em questão, tendo em vista que através do mesmo se foi possível a obtenção e estruturação de uma gestão educacional realmente democrática, embora ainda falte um ponto a ser sanado, que é o referente ao processo de seleção de gestores, que poderia ser realizada de forma democrática, através de eleições diretas.

Na Escola Joaquim Marques é possível observar as várias conquistas que foram e ainda estão sendo alcançadas desde a sua municipalização, ocorrida no ano de 1998. Porém, apesar dos avanços já alcançados, verifica-se que ainda há muito por fazer para que os objetivos propostos alcançados em sua plenitude. Porém, estamos no caminho certo em busca da concretização de nossos ideais educativos. Assim, verifica-se que é preciso entender o projeto político pedagógico da escola como uma reflexão constante do seu cotidiano, da sua forma de atuação, dos seus objetivos e finalidades, pois, caso contrário, o mesmo não se tornará um elemento auxiliar no processo de desenvolvimento do contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Matias. Organização, Gestão e Projeto Educativo das Escolas. Porto: Edições Asa, 1992.

AREDES, Alaíde Pereira. J. GUIRALDEZ, Candido Vieitez. **As relações de trabalho no cotidiano escolar à luz da teoria da Ação Comunicativa de Habermas.** s/d. Disponível em: <http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/10/artigos/AREDES.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. **O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas.** Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm> Acesso em 22 de abril de 2013.

BEYER, Holiver. **O fazer psicológico: a abordagem de Reuven Feuerstein a partir de Piaget e Vigotsky.** Mediação: Porto Alegre, 1996. 154 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: RIDELL, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394, de 24 de dezembro de 1996.

CAIADO, Elen Campos. **A participação da família e da escola na educação da criança.** Disponível em: <http://educador.brasilescola.com/sugestoes-pais-professores/a-importancia-parceria-familia-escola.htm> Acesso em: 20 de abril de 2013.

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro, DP & A, 2 ed. 2001, 198 p.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil.** Disponível em:

http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_04_LUCIANO_MENDES_E_DIANA_GONCALVES.pdf (2000). Acesso em: 18 de maio de 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola?** Disponível em: <http://moodlle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 18 de abril de 2013.

GLAT, Rosana. **Questões atuais em educação especial**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. 112 p.

GONÇALVES, G. S. Q.; ABULMASSIH, M. B. F. O projeto político: algumas considerações. *Revista profissão docente (online)* , v.1, n.1, fev 2001.p 1 – 6

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola**. In: LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola – teoria e prática*. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB_Gest%C3%A3o.p.df> Acesso em: 20 de abril de 2013.

MOURA, T. S. L. **Avaliação escolar e afetividade**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006, 230 p.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2005.

PEREIRA, Regiane Larréa. **O papel da educação infantil na construção da autonomia moral: uma revisão da literatura**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12327/000594244.pdf?sequence=1> (2006) Acesso em 22 de março de 2013.

PELLEGRINI, M.Z. Administração participativa : teoria e práxis. In: *Revista brasileira de administração de educação*, 4 (2). Porto Alegre, jul/dez, 1986.

Piaget, J. (1970). *Psicologia e Pedagogia*. Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1969).

PINHEIRO, Carlos César. **Revista Mensagem da APAE**. Outubro-dezembro, 1998. p.13.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Protásio Guimarães**. Bom Sucesso-MG, 2012.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica; desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

SACRAMENTO, W. P. do. **Guia de Estudos – Avaliação em Educação a Distância**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995. p.11-35. Disponível em: <http://pedagogia.dm2.webfactional.com/media/gt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2013.

VIÑAO Frago, A., (1995). Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. Revista Brasileira de Educação, n 0, p. 63-82.